



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2023 – PROCESSO Nº 560

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA RAMADA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **08hs e 30min do dia 05 de janeiro de 2024** nas dependências da Prefeitura Municipal de Nova Ramada, se reunirá a COMISSÃO DE LICITAÇÕES, com a finalidade de receber a documentação e propostas, bem como para início à abertura dos envelopes da presente licitação do tipo Menor Preço - Global, atendendo a solicitação da:

SEC.MUN.DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. DO OBJETO: Contratação de empresa para execução do Projeto de Reforma e Ampliação da Unidade Básica de Saúde do Município, conforme Projeto de Engenharia em anexo.

2. DO CADASTRO:

2.1 Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão atender a todas as condições exigidas **até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, observada a necessária qualificação junto ao Setor de Cadastros da Prefeitura Municipal, apresentando os seguintes documentos:

2.1.1 Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

2.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda CNPJ/MF;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do estado ou do município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos de regularidade com a Fazenda Federal abrangendo a regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;
- d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal**, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)- CRF;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

2.1.3. Qualificação Econômica – Financeira:

a) **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício**, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancete ou balanço provisório, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta, e nos casos de empresas novas, constituídas a menos de um ano, exigir-se-á o Balanço de Abertura;

a.1) A verificação da situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Instantânea (LI), Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG), Gerencia de Capital de Terceiros (GCT) e Grau de Endividamento Geral (GE) resultante das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} & \text{LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: } \frac{AD}{PC} = \text{índice mínimo} = (0,20) \\ & \text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{AC}{PC + PELP} = \text{índice mínimo} = (1,00) \\ & \text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{PC + AC + ARLP}{PC + PELP} = \text{índice mínimo} = (1,00) \\ & \text{GERÊNCIA DE CAPITAL DE TERCEIROS: } \frac{PL}{PC + PELP} = \text{índice mínimo} = (1,00) \\ & \text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } \frac{AT}{PC + PELP} = \text{índice máximo} = (0,50) \end{aligned}$$



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

a.2) **Onde:** AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

a.3) Será considerado no quesito capacitação econômica financeira a empresa que atingir os índices acima citados. O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em documento, anexo ao balanço. O documento deverá ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo responsável legal da empresa.

b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida dentro dos trinta dias anteriores à data deste Edital, quando a validade não estiver expressa no documento.

2.1.4. Qualificação Técnica:

a) Certidão de Registro da empresa no Conselho Competente;

b) Certidão de Registro do responsável técnico da empresa no Conselho Competente.

2.2. Os documentos constantes dos itens 2.1.1. a 2.1.4. poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial (neste caso deverá ser anexada cópia do exemplar).

3. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

3.1. As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações, no dia, hora e local designados no preâmbulo, em uma via, devidamente assinada(s) pelo(s) proponente(s), sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em dois envelopes fechados, contendo, na sua parte externa, frente, a seguinte inscrição:

MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2023

ENVELOPE Nº 01 - "DOCUMENTAÇÃO"

PROPONENTE: (Nome completo da empresa).

MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2023

ENVELOPE Nº 02 - "PROPOSTA"

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 99975-7098

Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

PROPONENTE: (Nome completo da empresa).

3.2. O ENVELOPE Nº. 01 - DA “HABILITAÇÃO” DEVE CONTER:

- 3.2.1. Certificado de Registro Cadastral atualizado fornecido pelo município de Nova Ramada;
- 3.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do Licitante;
- 3.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, contemplando todos os tributos de competência da esfera, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- 3.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal abrangendo a regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;
- 3.2.5. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS;
- 3.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 3.2.7. As empresas filiais deverão apresentar toda a documentação exigida no edital. Em caso de a matriz recolher pela filial, deve demonstrar expressamente que o documento da matriz é válido para a filial.
- 3.2.8. Certidão de Registro da empresa no Conselho Competente;
- 3.2.9. Certidão de Registro do responsável técnico da empresa no Conselho Competente;
- 3.2.10. Apresentar prova de vínculo dos responsáveis técnicos com a empresa licitante. No caso de empregado – anexar cópia autenticada da CTPS; no caso de sócio – anexar cópia do Contrato Social e alterações; no caso de contratado – anexar cópia autenticada do Contrato;
- 3.2.11. Atestado de capacidade técnica, devidamente registrado no Conselho competente, em nome do profissional legalmente habilitado pela empresa proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de serviços compatíveis com o objeto da licitação, **com a respectiva CAT**;
- 3.2.12. Declaração assinada pelo representante legal da empresa licitante de que possui disponibilidade todos os equipamentos e pessoal necessários para a execução do Projeto, conforme descrições técnicas do mesmo;
- 3.2.13. Atestado de Visita Técnica fornecida pelo Município de Nova Ramada, devidamente assinado pelo responsável técnico da empresa proponente (que será o responsável técnico pela obra), e pelo Engenheiro Civil responsável do Município de Nova Ramada, para fins de conhecimento “in loco” das condições da prestação de serviços, tendo em vista a complexidade dos serviços a serem realizados com base no art. 30, inciso III da Lei Federal 8.666/93, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços; **ou,**



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

3.2.14. Declaração assinada pelo representante legal da empresa licitante, que dispensa a Visita Técnica, que é opcional, mas que a mesma conhece e aceita todas as condições locais para a realização dos serviços solicitados (Acórdão 1955/2014-Plenário/ TCU), não podendo, posteriormente, reclamar que não tinha ciência de alguma característica ou informação do local, responsabilizando-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais da prestação do serviço (Acórdão 149/2013 – Plenário/ TCU).

3.2.15. Para o fornecimento do Atestado de Visita Técnica, pelo Município de Nova Ramada, de que a empresa licitante conheceu as condições necessárias à execução dos serviços, o responsável técnico da empresa deverá agendar visita técnica **até o terceiro dia anterior à data do recebimento** das propostas, no horário de expediente, mediante agendamento prévio, **com antecedência mínima de 01 (um) dia**, com o Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social (55) 99612-6699.

3.2.16. Declaração que a Empresa não detém nenhum menor no seu quadro de funcionários, a não ser aprendizado (lei nº 9.854 de 27/10/99), conforme Anexo II;

3.2.17. Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração com poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação;

3.2.18. As empresas que desejarem fazer uso das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/2006 deverão comprovar o enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, mediante declaração firmada pelo contabilista responsável, constando o nº do CRC ou Certidão Simplificada emitida pela junta Comercial do estado da empresa participante.

3.2.19. As empresas que optarem em abrir mão do prazo recursal, nos termos do Artigo 43, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, deverão juntar o Termo de Desistência de Prazo Recursal (Anexo IV).
competente.

3.2.20. Declaração assinada pelo representante legal de que não foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o Poder Público (Anexo V).

3.2.21. Declaração assinada pelo representante legal da empresa de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista do órgão, (modelo Anexo VI).

3.2.22. Certidão/Declaração que não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

3.2.23. Comprovante impresso de Regularidade do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no site <http://www.transparencia.gov.br/ceis>.

3.3. Os documentos constantes dos itens 3.2.1 a 3.2.23 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial (neste caso deverá ser anexada cópia do exemplar). Os documentos que forem extraídos de sistemas informatizados (internet) ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

3.4. ENVELOPE Nº 02 – “PROPOSTA”:

3.4.1. A proposta financeira deverá ter validade de 60 dias e ser cotada em preço na moeda corrente nacional, com dois dígitos após a vírgula, **mencionando separadamente o valor da mão-de-obra e o valor dos materiais.**

3.4.2. A proposta deverá ser assinada pelo **representante legal da empresa** e pelo **responsável técnico**, constando o nº do Conselho Competente, de acordo com a Certidão de Registro apresentada.

3.4.3 O **Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento Discriminado, Planilha de Composição de Encargos e Planilha de Percentual do BDI**, são obrigatoriamente partes integrantes da proposta, devendo estar de acordo com o estipulado pelo Município.

3.4.4. Os preços das propostas já deverão estar onerados dos impostos e deduzidos de eventuais descontos ou vantagens e expressos em moeda nacional, sendo de responsabilidade da empresa contratada, a qualidade da obra, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado, conforme exigência contida.

3.4.5. Será desclassificada a proposta que apresentar preço acima do máximo admitido pela Administração, assim como as que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4. DO JULGAMENTO:

4.1. O julgamento das propostas será realizado pela Comissão de Licitações, levando-se em consideração o **“Menor Preço - Global”**.

4.2. A licitação será processada e julgada com a observância do previsto nos artigos 43 e 44, seus incisos e parágrafos, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94 e Lei Complementar 123/2006.



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

5. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas no art. 109, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

6. DO PRAZO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO:

6.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 5 (cinco) dias convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6.2. O prazo de trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item 6.1.

6.3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o Contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições, propostas pelo primeiro classificado. Ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta vencedora, e mais a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de um ano, conforme o previsto no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6.4. A minuta do contrato é parte integrante desta licitação (anexo III).

6.5. Para assinatura do contrato a empresa adjudicatária deverá apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, parágrafo 1º, inciso I, II e III da Lei Federal nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado (com validade de no mínimo 12 meses).

7. DA EXECUÇÃO: O prazo de execução será de 240 (duzentos e quarenta) dias, **após a assinatura do Contrato.** O Regime de Execução da Obra é o de Empreitada Global.

8. DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 dias após a conclusão de cada fase, mediante laudo do Engenheiro Civil do Município, emissão da Nota Fiscal e documentação, conforme Minuta do Contrato anexa.

9. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇO: O valor máximo fixado para o presente processo, é de R\$ 801.320,32 (oitocentos e um mil, trezentos e vinte reais e trinta e dois centavos) conforme Orçamento Resumido, em anexo.

10. DAS PENALIDADES: A CONTRATADA sujeita-se as seguintes penalidades:



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

- a) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência*;
- b) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias úteis (após os quais será considerado como inexecução contratual): *multa de 3% sobre o item inadimplido, cumulada com o acréscimo de mais 0,5% por dia útil*;
- c) inexecução parcial do contrato: *multa de 10% sobre o item inadimplido do contrato, podendo ser cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano*;
- d) inexecução total do contrato: *multa de 15% sobre o valor atualizado do contrato e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano*;
- e) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *multa de 15 % sobre o valor atualizado do contrato e declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 anos*.

10.1. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

10.2. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10.3. O prazo para pagamento da multa será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do infrator, sob pena de abertura de Processo Administrativo Especial nos termos da legislação municipal vigente.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. A proposta deve ser identificada e assinada em uma via.

11.2. Rasuras ou emendas, principalmente com relação ao(s) preço(s), tornará a proposta "NULA";

11.3. A proposta habilitada uma vez aberta, vincula o proponente obrigando-o a fornecer o(s) material(is), equipamento(s) e/ou produto(s) cotado(s), sendo vencedor.

11.4. Uma vez iniciada a abertura do envelope nº 01, documentação, não serão aceitas a(s) proposta(s) do(s) licitante(s) retardatário(s);

11.5. O(s) preço(s) da(s) proposta(s) já deverá(ão) estar onerado(s) dos impostos e deduzido(s) de eventuais descontos(s) ou vantagem(ns) e em moeda nacional;

11.6. Os casos omissos serão dirimidos pela comissão especial de licitações;



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

11.7. Fazem parte integrante deste processo o Anexo I – Proposta financeira, Anexo II – Declaração de Menor, Anexo III – Minuta do Contrato, Anexo IV - Termo de Desistência de Prazo Recursal, Anexo, V – Declaração de Idoneidade, VI – Declaração Servidor, VII – Modelo Dispensa de Visita Técnica e VIII - Projetos.

11.8. As despesas desta licitação correrão por conta da(s) seguinte(s) rubrica (s) orçamentária(s):

07	SEC.MUN.DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
1	12 ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA
449051910000	OBRAS EM ANDAMENTO

11.09. Somente poderão participar do processo licitatório pessoas jurídicas, as quais se responsabilizam inteiramente por todas as despesas que se originarem do presente procedimento, em especial, quanto aos equipamentos, contratos de trabalho ou prestação de serviços, encargos trabalhistas e previdenciários, assim como os civis, tributários, comerciais e criminais.

11.10. É de responsabilidade da empresa contratada para esta finalidade, a qualidade da obra, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

11.11 Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados (procuradores).

MAIORES informações serão prestadas aos interessados no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, com o Setor de Licitações, fone (055) 99975-7098 e por e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br.

Nova Ramada (RS), 13 de dezembro de 2023.

Marcus Jair Bandeira
Prefeito

Taciana Rubia Stefani
Setor de Licitações

APROVO:

Tatiana Raquel Dallabrida
OAB/RS 091.391 – Assessora Jurídica



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/ 2023

ANEXO II

DECLARAÇÃO MENOR

REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 11 /2023

A Empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

..... de de 2024.

Assinatura do Representante Empresa.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

ANEXO III

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/ 2023

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato firmado entre o município de Nova Ramada (RS) e a empresa com base na Tomada de Preços nº11/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.611.828/0001-49, com sede na Avenida Gustavo König, 95, no Centro Administrativo, município de Nova Ramada/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. MARCUS JAIR BANDEIRA**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob nº. 610.481.350-04, residente e domiciliado em Barro Preto na cidade de Nova Ramada/RS.

CONTRATADA:.....inscrita no CNPJ sob nº., com sede na, na cidade de/RS, representada neste ato pelo **Sr.** inscrito no CPF sob o nº., residente e domiciliado na cidade de/RS, sob a responsabilidade técnica do Sr.....inscrito no CREA sob o nº

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, considerando os expedientes constantes do processo Tomada de Preços nº.11 /2023, com base Lei Federal nº. 8.666/93, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO

Cláusula 1ª. É objeto do presente contrato Contratação de empresa para execução do Projeto de Reforma e Ampliação da Unidade Básica de Saúde do Município, conforme Projeto anexo, de acordo com a Tomada de Preços nº. 11/2023 e a proposta vencedora em anexo.

DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

Cláusula 2ª. O **CONTRATANTE** deverá:

Parágrafo primeiro. Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA** referente a obra realizada, em conformidade com as Cláusulas 6ª;

Parágrafo segundo. Remeter advertência à **CONTRATADA**, por escrito, quando a obra não estiver sendo realizada de forma satisfatória;



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

Parágrafo terceiro. A execução da obra será acompanhada e fiscalizada por Engenheiro Civil ou responsável, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, sem que isso importe na redução da responsabilidade da CONTRATADA pela boa execução do CONTRATO.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Cláusula 3ª. A CONTRATADA deverá:

Parágrafo primeiro. Comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art.65 da Lei 8.666/93;

Parágrafo segundo. Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação;

Parágrafo terceiro. A CONTRATADA obriga-se a executar as obras atendendo as normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE, observando especialmente, o estabelecido no Edital, no projeto, no memorial descritivo e cronograma físico – financeiro;

Parágrafo quarto. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir, as suas expensas, no total ou em parte da obra em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados;

Parágrafo quinto. A CONTRATADA deverá facultar o livre acesso do representante do CONTRATANTE durante a execução da obra, bem como a todos os registros e documentos pertinentes à execução ora contratada, sem que tal fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do CONTRATANTE;

Parágrafo sexto. Assume a CONTRATADA inteira, exclusiva, e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais, trabalhistas e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, como a alimentação do seu pessoal de serviço, equipamento e consertos, atendidas as condições previstas no Edital;

Parágrafo sétimo. A indenização por quaisquer danos porventura ocorridos contra terceiros e o próprio CONTRATANTE, durante a execução da obra, objeto deste CONTRATO, como a falta de sinalização, erros de execução, imperfeições durante a execução, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, comprometendo-se em realizar os trabalhos com a máxima segurança, mediante a adoção de medidas adequadas



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

de prevenção de acidentes, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do CONTRATANTE;

Parágrafo oitavo. É de responsabilidade da CONTRATADA a ART ou RRT de execução da obra de execução da obra, matrícula da obra no INSS, bem como a sua baixa;

Parágrafo nono. A CONTRATADA manterá como seu preposto o Sr.

Parágrafo décimo. A CONTRATADA se responsabiliza nos termos do artigo 618 do Código Civil;

Parágrafo décimo primeiro. A CONTRATADA manterá junto à obra, “diário de obra”, para perfeita avaliação dos trabalhos.

DO PREÇO

Cláusula 4ª. O valor a ser pago pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** será de R\$ pela execução, sendo R\$para mão de obra e R\$para os materiais.

DA EXECUÇÃO

Cláusula 5ª. O prazo de execução será de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, **após a assinatura do Contrato (que será a ordem de início)**. O Regime de Execução da Obra é o de Empreitada Global.

Parágrafo único. O prazo de execução poderá ser prorrogado conforme prevê o art. 57 § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93.

DO PAGAMENTO

Cláusula 6ª. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

Parágrafo primeiro. O pagamento poderá ser efetuado em até oito parcelas, em até dez dias após a emissão do boletim de execução pelo Engenheiro Civil responsável e documentação exigida. A CONTRATADA deverá protocolar comunicado ao CONTRATANTE solicitando a medição. Após o protocolo, o Engenheiro Civil responsável realizará a vistoria e emitirá boletim, e então comunicará a CONTRATADA para a emissão da respectiva nota fiscal. A CONTRATADA poderá solicitar a 1ª medição após 10 dias de execução da obra, a segunda com no mínimo 20 dias de intervalo, e a última parcela poderá ser solicitada somente quando da conclusão da obra.

Parágrafo segundo. Para o recebimento do primeiro pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Secretário Municipal da Fazenda ou seu representante, a ART ou RRT de execução da obra, o comprovante da matrícula da obra junto ao INSS, a DCTFWEB ou a relação de empregados. Para o recebimento dos demais



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

pagamentos, a CONTRATADA deverá apresentar ao Secretário Municipal da Fazenda, ou seu representante a GFIP e GPS ou a relação de empregados.

Parágrafo terceiro. Sobre o valor dos serviços haverá as retenções conforme legislação vigente.

Parágrafo quarto. Em atendimento Portaria 400/2023, a nota fiscal deverá conter ser emitida, devendo contar referência a Portaria SERS 864/2023, número da Tomada de Preços 11/2023 e o número do contrato (a ser firmado), bem como a descrição completa e detalhada, ou seja, sem descrições genéricas e abstratas.

Parágrafo quinto. Para emissão da Nota Fiscal, deverá ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

DA VIGÊNCIA

Cláusula 7ª. O Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e terá seu vencimento em....., podendo a critério do CONTRATANTE, ser prorrogado conforme art. 57, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 8ª. A despesa objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07	SEC.MUN.DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
1	12 ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA
449051910000	OBRAS EM ANDAMENTO

DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Cláusula 9ª. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do artigo 65, II, letra d, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante comprovação documental e requerimento expresso da empresa.

DA RESCISÃO

Cláusula 10. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e pelas formas do art. 79 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações.

DAS PENALIDADES



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

Cláusula 11. Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas na proposta ou no contrato, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis.

Cláusula 12. A **CONTRATADA**, sujeita-se as seguintes penalidades:

Parágrafo primeiro. Advertência.

Parágrafo segundo. Multa de 10% (dez por cento) no caso de descumprimento de cláusulas contratuais.

Parágrafo terceiro. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitada ao prazo de 30 (trinta) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

Parágrafo quarto. Multa de 15% (quinze por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo de cumular a sanção prevista no parágrafo sexto;

Parágrafo quinto. Multa de 20% (vinte por cento) no caso de inexecução total do contrato, sem prejuízo de cumular a sanção prevista no parágrafo sexto;

Parágrafo sexto. Suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos.

Parágrafo sétimo. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

Parágrafo oitavo. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Parágrafo nono. O prazo para pagamento da multa será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do infrator, sob pena de abertura de Processo Administrativo Especial nos termos da legislação municipal vigente.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Cláusula 13ª. A gestão do contrato será realizada pela servidora **Simone Chagas Rodrigues** – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023, e a fiscalização do Contrato, ficará a cargo do servidor, matricula sob nº... a ser designado através de portaria.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 14º. Fica estabelecido que qualquer variação na forma da contraprestação ora ajustada só poderá ser efetuada mediante prévio acordo escrito firmado por ambas as partes e que não altere o conteúdo da licitação, o qual fará parte integrante deste instrumento, através de Termo Aditivo observadas as condições legais



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

estabelecidas, ressalvadas as alterações unilaterais permitidas a Administração na forma do estipulado no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula 15. As partes contratantes declaram-se ainda cientes e conformes com todas as disposições e regras atinentes aos contratos contidos na Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores, bem como com todas aquelas contidas no Edital de Licitação, os quais se comprometem respeitar, ainda que não estejam expressamente transcritas neste instrumento.

DO FORO

Cláusula 16. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Ijuí/RS, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiados que seja.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas que também assinam tudo, após ter sido lido e conferido, estando de acordo com o estipulado.

APROVO:

Tatiana Raquel Dallabrida
OAB/RS 091.391 – Assessora Jurídica



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

ANEXO IV

TERMO DE DESISTÊNCIA DO PRAZO RECURSAL

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº localizada, vem através deste, abrir mão da faculdade de interposição de recurso, caso seja HABILITADA, com a desistência do respectivo prazo, para subsequente realização da abertura das propostas, referente a Tomada de Preços nº 11/2023 , nos termos do Artigo 43 Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.

..... de de 2024.

Assinatura do Representante Empresa.



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

A N E X O V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A/C COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da Tomada de Preços nº 11/2023 que a empresa..... não está sob os efeitos da penalidade administrativa de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 87, da Lei 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

..... de de 2024.

Assinatura do Representante Empresa



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

A/C COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, para fins do Tomada de Preços nº 11/2023 que a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº, localizada NÃO possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

..... de de 2024.

Assinatura do Representante Empresa



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Setor de Licitações e Contratos

ANEXO VII

MODELO DECLARAÇÃO DISPENSA VISITA TÉCNICA

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº.....situada....., vem através deste, **DECLARAR** que **DISPENSA** a Visita Técnica proporcionada na **TOMADA DE PREÇOS 11/2023**, que tem por objeto a contratação de empresa **para execução do Projeto de Reforma e Ampliação da Unidade Básica de Saúde do Município**

..... de de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
CPF: